

Ata da assembleia ordinária presencial do Conselho Municipal de Educação. Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas, após prévia convocação, reuniram-se na Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Paulino Carlos, nº 921, os membros do Conselho Municipal de Educação, para a realização da sessão ordinária do mês de setembro. Participaram da assembleia as conselheiras: Letícia Silveira, Daniela Evangelista, Rosicléia Lomes, Priscilla Carminato e Aline Cavalheiro. Justificaram ausência os conselheiros: Mirtes Carion, Silvana Silva, Antonio Carlos Esse e Lara Ferraz. A senhora presidente declarou a legalidade da reunião por haver quórum e iniciou a sessão dando boas-vindas a todos. Após, solicitou que fosse feita a leitura da ata do dia dezoito de agosto do corrente ano, na qual a conselheira Rosicléia se manifestou para realizar a leitura. A senhora presidente ressaltou que se houvessem divergências e modificações relativas às falas dos conselheiros, que estes se manifestassem e fizessem suas ressalvas. Ao ler a ata, foram feitas pequenas correções e a maior parte dos conselheiros presentes a aprovaram, com ressalva da conselheira Rosicléia Lomes, que fez algumas ponderações quanto a sua fala a serem corrigidas. Após a leitura, a senhora presidente mencionou aos conselheiros que as atas requeridas referentes a março e outubro pela conselheira Rosicléia em reunião anterior estavam disponíveis para análise e aprovação. Dando prosseguimento ao próximo tópico da pauta, a senhora presidente afirmou que ainda não havia tido tempo hábil de passar as informações a serem colocadas no site do Conselho ao setor de TI da Prefeitura, e que também não havia tido retorno dos conselheiros quanto à aprovação de tais informações que haviam sido enviadas para análise por e-mail, pedindo que analisassem e retornassem a ela quanto à aprovação para dar prosseguimento a esta questão. Os conselheiros presentes se comprometeram, então, a analisar as informações no e-mail e retornar à presidente. Finalizada esta questão, a senhora presidente passou ao próximo tópico da pauta, relativo aos novos membros do conselho, no qual relatou sua reunião com a Administração da Prefeitura, que havia questionado quanto à composição do conselho, visto que houve a substituição de membros afastados, porém não havia sido feito ato para regulamentar a substituição, pedindo para que tudo fosse brevemente providenciado para que o Prefeito Municipal assinasse e fosse feita a publicação do decreto e convocação dos novos membros. A seguir, a senhora presidente abordou a questão das folhas de pagamento mensal dos funcionários da educação 25% de janeiro a junho de 2020, bem como décimos terceiros e quartos salários, sendo que deixaria tais documentos disponíveis para a análise mais aprofundada dos conselheiros. A senhora presidente também deixou disponível para análise um quadro das escolas referente ao mês de março contendo o número de alunos e funcionários lotados em cada unidade escolar e se comprometeu a disponibilizar o quadro referente ao ano de 2019, que já estava arquivado. A conselheira Rosicléia questionou sobre os funcionários terceirizados, indagando que havia muito dinheiro do recurso da Educação 25% empenhado para a empresa RC a fim de pagar serviços de limpeza nas escolas e reiterou que gostaria de saber quantos são os funcionários terceirizados lotados nas escolas. A senhora presidente considerou levantar esses dados e a conselheira Daniela Evangelista se manifestou apontando que nos quadros de funcionários apresentados para análise apenas constam os funcionários da rede, não constando os terceirizados. A seguir, a senhora presidente passou ao próximo tópico da pauta, no qual mencionou o afastamento da senhora Fátima Heck Vaz, Secretária de Educação, e o pedido por parte da Administração para que ela continuasse à frente da Secretaria, desta maneira impossibilitando que continuasse também à frente do conselho. A senhora presidente, portanto, comunicou seu afastamento durante o período de noventa dias, os quais seriam presididos pela vice-presidente, a conselheira Letícia Silveira, com a qual já havia conversado previamente. A conselheira Letícia manifestou sua concordância em assumir o cargo pelo período de afastamento e a senhora presidente ressaltou que mesmo não estando à frente do conselho, continuaria trabalhando junto a este, dando todo o apoio e respaldo necessários. Voltando à questão do quadro dos funcionários das escolas, a senhora presidente alegou que não tinha a documentação completa e se comprometeu a buscá-la no setor de RH da Prefeitura, onde inclusive já havia solicitado o pedido, e assim montar um arquivo na

Secretaria a fim de realizar um controle e atualizações referentes à rotatividade dos funcionários das escolas. A conselheira Rosicléia ressaltou que existia muita oscilação em relação ao pagamento dos funcionários da Educação, que ora estão lotados nos recursos dos 25% da Educação, ora estão lotados nos recursos do FUNDEB e questionou o porquê desta oscilação. A senhora presidente manifestou também não saber o motivo e que talvez fosse por motivos de ajustes de recursos, lembrando que a folha de pagamento dos 25% estava disponível para análise dos membros e que já havia conferido previamente, estando tudo certo a princípio, havendo inclusive estabilidade na questão da rotatividade dos funcionários das escolas a partir de dezembro de 2019. Ressaltou, ainda, que dois funcionários do Estado estavam nas escolas da rede nesta época de pandemia, porém tudo estava registrado e não havia nenhuma questão extraordinária a ser discutida. A senhora presidente reiterou que gostaria que os conselheiros analisassem e visassem a documentação disponibilizada para fechar o primeiro semestre de 2020 e final de 2019. Analisando as folhas, a conselheira Rosicléia questionou o motivo de haver algumas horas extras 100% a serem pagas no mês janeiro, sendo que horas extras 100% só eram pagas aos domingos e feriados. A senhora presidente se propôs a analisar esta questão mais minuciosamente junto à conselheira, que se comprometeu a ir com mais tempo à Secretaria para analisar e discutir a questão em um segundo momento. A conselheira Rosicléia também pediu para que ficasse registrado em ata sobre sua manifestação a respeito da regulamentação do plano de carreira do magistério e que havia se manifestado sobre isso na reunião anterior, e reiterou sobre a solicitação enviada pela Sra. Ana Lúcia dos Santos, enviada à Secretaria de Educação, mas que não foi atendida. Acrescentou, ainda, que tentaria uma reunião com a Administração por parte do conselho do FUNDEB, o qual é presidente. A senhora presidente reiterou não ter tido conhecimento do documento protocolado pela Sra. Ana Lúcia e que nada havia chegado a suas mãos. Acrescentou, ainda, que encontrou alguns documentos da época da então Secretária de Educação, senhora Nélsia Fraige Monte, onde constava a intenção de se compor uma comissão para a elaboração do plano, porém que nada mais havia na Secretaria, indicando a necessidade de levantar mais documentos na Prefeitura e protocolar este pedido. A conselheira Rosicléia mencionou novamente que tentariam avançar com a questão do plano de carreira mediante conselho do FUNDEB e que tentaria contato com o prefeito em ocasião oportuna. Passando ao próximo tópico da pauta, a senhora presidente tratou sobre os protocolos do Sr. D.A.A., onde destacou que, em seu entendimento, a solicitação do professor teria sido somente em relação aos empenhos das fotografias, porém que em resposta o professor havia dito que teriam mais questões a serem respondidas a respeito de outros empenhos, e que o parecer do conselho a respeito das fotografias serem consideradas manutenção do ensino estar equivocado. Quanto a isto, a senhora presidente alegou que o conselho não tinha entendimento jurídico para deliberar, e que outros órgãos também deveriam fazer a análise quanto ao uso indevido da verba, mas que tais atos seriam analisados com maior atenção futuramente pelo conselho, além de ter feito um ofício para a secretária de educação ter mais cuidado com as notas. A senhora presidente continuou dizendo que o conselho teria novamente que levantar esses documentos requisitados pelo Sr. D.A.A. e analisá-los para deliberar quanto ao uso indevido de verba da Educação 25%, dando novo parecer. A conselheira Rosicléia sugeriu que as notas passassem por uma verificação e análise do conselho quanto ao que poderia ou não ser pago com os recursos da Educação antes de serem assinadas pela Secretária, a fim de auxiliar, pois eram muitas as atribuições do secretário. A conselheira alegou também que ninguém tem conhecimento absoluto de tudo, mas que é necessário haver cautela quanto à destinação da verba. A senhora presidente concordou com a afirmação e disse que a partir do momento em que estivesse à frente da Secretaria, iria buscar mais informações e transparência por parte da Administração e um bom relacionamento com todas as partes, apesar de compreender que muitas questões não chegavam à ciência da do Prefeito. A conselheira Rosicléia acrescentou que o que ela buscava era o progresso da cidade e a valorização dos profissionais da educação mediante correta aplicação dos recursos, afirmação esta com a qual todos os conselheiros concordaram, inclusive a senhora presidente, que ainda pontuou sobre a forma

como as coisas eram colocadas pelas partes e que a forma como a conselheira Rosicléia fazia suas colocações acabava por induzir os demais conselheiros a achar que algo errado estivesse sendo feito, o que não era correto, por isso reiterou que gostaria de dar abertura ao diálogo para o FUNDEB para buscar resultados positivos no futuro. A seguir, os conselheiros discutiram os resultados do IDEB, onde a conselheira Daniela Evangelista apresentou as notas do município de Ibaté, que aumentaram quase que em sua totalidade, com exceção apenas de duas escolas, e que isso foi um ótimo acontecimento mediante o atual cenário pandêmico, elogiando o trabalho dos funcionários da Educação como um todo. A conselheira Daniela mencionou que fez uma comparação das notas do IDEB da região, e que Ibaté apenas perdia para Itirapina, sendo uma das melhores da região, o que era muito positivo. Passando para o tópico da retomada das aulas presenciais, a senhora presidente alegou não ter um posicionamento oficial da Administração por hora, sendo que estavam aguardando a reunião do comitê intersetorial e posicionamento do secretário de educação, reforçando que entendia que as crianças precisavam do lado social, mas que essa teria que ser uma posição muito bem tomada e de qualquer maneira estavam aguardando posicionamento da administração e adquirindo EPIs para uma possível volta, estabelecendo estratégias para a retomada. A conselheira Rosicléia retomou que seria muito boa a abertura de diálogo entre Secretaria e professores porque parecia haver uma barreira entre ambos e também perguntou sobre a terapeuta ocupacional e psicóloga pagas com recurso da educação, e a ela foi explanado que ambas foram admitidas em março, um pouco antes do afastamento dos professores devido à pandemia, e portanto também estavam afastadas como os professores, e que elas atuavam no setor de educação, dando suporte a professores e trabalhando nas escolas da rede, então por isso seriam pagas com os recursos da educação. Para finalizar, a senhora presidente reiterou que iria providenciar seu protocolo de afastamento, ficando a conselheira Letícia à frente do conselho, mas que, no entanto, daria todo o respaldo necessário, sendo que se houvesse qualquer outra situação voltaria antes dos noventa dias, ou caso contrário, ela renunciaria e seria feita nova eleição para escolha do presidente, sendo que a conselheira Letícia ficaria somente à frente do conselho pelos próximos noventa dias. Por fim, a senhora presidente lembrou que deixaria os documentos disponíveis para análise dos conselheiros na Secretaria e após algumas considerações e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, e para tudo constar, foi lavrada a presente ata. Ibaté, dezesseis de setembro de dois mil e vinte.